

Acordo de Cochabamba. Questionamentos radicais

Escrito por Sebastián Ochoa

Ter, 27 de Abril de 2010 20:25 - Última atualização Ter, 27 de Abril de 2010 21:08



O cumprimento do Acordo de Cochabamba obrigaria os países, incluindo a Bolívia, a deixar para trás recursos naturais das florestas e de territórios indígenas ou consultar as comunidades como preconiza vários tratados internacionais subscritos pelos países. Além disso, os levaria a mudar as suas matrizes energéticas por outras que não poluam o ar. Milhares de pessoas deixaram Cochabamba convencidos que seus consensos se transformarão em realidade. Segundo eles, falta agora que os governos assumam as decisões. Como sinal de que levará a sério o texto elaborado por 35 mil pessoas, o governo boliviano anunciou a criação do Ministério da Mãe Terra.

A reportagem é de Sebastián Ochoa e publicado pelo Página/12. A tradução é do Cepat.

Os documentos das 17 mesas da Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos da Mãe Terra (Cmpcc - sigla em espanhol) não tem grande diferença com a resolução da Mesa 18 que também aconteceu em Cochabamba em paralelo a do governo. Muitas pessoas participaram em ambos os espaços em que surgiram as mesmas propostas: parar com a exploração das florestas e hidrocarbonetos nas florestas, respeitar o direito à consulta junto a estas comunidades e titular as terras a favor das comunidades e povos indígenas.

“O modelo capitalista impõe megaprojetos de infra-estrutura, invade territórios com projetos extrativistas, privatiza e mercantiliza a água e militariza os territórios expulsando os povos indígenas e camponeses de seus territórios, impedindo a soberania alimentar e aprofundando a crise sócio-ambiental”, denuncia o Texto da Cmpcc. “Os governos devem eliminar as concessões florestais e apoiar a conservação do petróleo sob a terra e parar urgentemente com a exploração de hidrocarburos nas florestas”, diz o acordo cochabambino.

Acordo de Cochabamba. Questionamentos radicais

Escrito por Sebastián Ochoa

Ter, 27 de Abril de 2010 20:25 - Última atualização Ter, 27 de Abril de 2010 21:08

Nesse sentido, sustenta que “a melhor estratégia e ação para evitar a deflorestação e a degradação e proteger bosques nativos e a floresta, é reconhecer e garantir os direitos coletivos das terras e territórios, considerando especialmente que a maioria dos bosques e florestas estão nos territórios dos povos nacionais indígenas, comunidades camponesas e tradicionais”.

Também reivindica “a plena e efetiva aplicação do direito à consulta, a participação e a aprovação prévia, livre e informada dos povos indígenas em todos os processos de negociação, assim como o projeto e a implementação das medidas relativas à mudança climática”.

Para isso, exigem que se respeitem os instrumentos de direito internacional, como o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovado na maioria dos países das Nações Unidas, ou a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, elaborado pela ONU, mas constitucionalizado apenas pela Bolívia.

O documento final refletiu a preocupação dos participantes vindos de 140 países. “Na atualidade já se excedeu em mais de 30% a capacidade do planeta em se regenerar. Neste ritmo de superexploração de nossa Mãe Terra, será preciso dois planetas para o ano de 2030”, segundo o acordo.

Este motivo, entre outros, justificou a proposta de se criar os direitos da Terra. “Num sistema interdependente do qual nós seres humanos somos um dos seus componentes, não é possível reconhecer direitos apenas da parte humana sem provocar um desequilíbrio em todo o sistema. Para garantir os direitos humanos e restabelecer a harmonia com a natureza é necessário reconhecer e aplicar efetivamente os direitos da Mãe Terra”, diz o texto. Alguns dos direitos propostos para Terra são “à vida e ao existir”, “ser respeitada”, “continuidade de seus ciclos e processos vitais livres das alterações humanas”, “a água como fonte de vida”, “o ar limpo”, “a estar livre da contaminação e poluição de dejetos tóxicos e radioativos”.

De acordo com o Protocolo de Kioto, os 42 países mais industrializados estão obrigados a reduzir suas emissões de gases contaminantes em 5% entre 2008 e 2010. Na Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 15) realizada em dezembro passado em Copenhague se propôs que daqui para frente cada país emitisse menos gases de forma voluntária segundo as necessidades de seus negócios.

Acordo de Cochabamba. Questionamentos radicais

Escrito por Sebastián Ochoa

Ter, 27 de Abril de 2010 20:25 - Última atualização Ter, 27 de Abril de 2010 21:08

Na Cmpcc definiu-se que entre 2013 e 2020 os 42 países do chamado Anexo 1 reduzam suas emissões em 50%. Essa posição defenderá a Bolívia na COP 16 que acontecerá em Cancún, México. Possivelmente, alguns dos 48 governos que enviarão delegações oficiais para esta conferência apóiem essa proposta. Com uma redução de 50% se espera que o aumento da temperatura do planeta não ultrapasse aos dois graus no próximo século e se estabilize em 1,5%.

Também se defendeu a criação de um Tribunal Internacional de Justiça Climática encarregado de julgar os estados e empresas que poluem. Para que esta instancia funcione, na Cmpcc exigiu-se uma “profunda reforma” na estrutura da ONU. E convocaram a criação de um movimento global que vigie a aplicação do Acordo de Cochabamba, cujo texto integral se encontra na página www.cmpcc.org

Calculou-se que o custo da dívida climática dos países industrializados para com os empobrecidos chega a 6% anual dos seus PIB. “Isto é viável tomando em conta que gastam um montante similar na defesa nacional e destinam cinco vezes mais para resgatar bancos e especuladores, o que questiona seriamente suas prioridades mundiais e sua vontade política”, se lê no acordo.

O governo de Evo Morales quis dar o primeiro passo e proclamou a criação do Ministério da Mãe Terra. O vice-presidente Alvaro García Linera, disse que a nova pasta recolherá “boa parte do que hoje é o Vice-ministério do Meio Ambiente e Água, mas também é certo que terá que assumir outras responsabilidades em função do documento de Cochabamba”. Aprovar a lei da Mãe Terra não deverá trazer dificuldades para o atual governo que controla dois terços dos votos da Assembléia Legislativa Plurinacional.

Como país capitalista atrasado, a Bolívia deveria desistir de extrair petróleo da selva ao norte de La Paz, segundo pede o povo indígena leco à empresa Petroandina formada pela YPFB (do Estado Plurinacional) e pela Pdvsá (de capital venezuelano). Também teria que respeitar o direito à consulta dos indígenas que vivem próximo a empreendimentos mineiros como pedem os quechuas e ayamaras reunidos no Conselho Nacional de Markas e Ayllus de Qullasuyu (Conamaq). Esta organização, ainda aliada do governo de Morales, promoveu a criação da Mesa 18.

Este espaço que contou com mais de três mil inscritos aconteceu a três quarteirões da conferência, na localidade de Tiquipaya, Cochabamba. Ali foram apresentados casos pontuais

Acordo de Cochabamba. Questionamentos radicais

Escrito por Sebastián Ochoa

Ter, 27 de Abril de 2010 20:25 - Última atualização Ter, 27 de Abril de 2010 21:08

de contaminação em populações e tiraram um pouco do romantismo do “processo de mudança” que por um lado pronuncia discursos de defesa de Pachamama, mas por outro, consente com operações de transnacionais rejeitados pela população. Além dos conflitos bolivianos, se tratou também da luta pela propriedade coletiva da terra de camponeses de Córdoba e os prejuízos causados por empresas mineiras em Catamarca e San Juan, entre outros.

(IHU- On line)